



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 22624/2020

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de SANEANTES E DOMISSANITÁRIOS para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nas requisições acostadas, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:

Hospital Municipal Raul Sertã;

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

Subsecretaria de Atenção Básica;

Estratégia de Saúde da Família;

Saúde Mental (CAPS II, CAPS I e CAPS AD);

Subsecretaria de Vigilância em Saúde;

Clínica de Repouso Santa Lúcia;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.6. Caso haja DIVERGÊNCIA entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no portal COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL LICITATÓRIO.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA				
1	429225	Álcool etílico hidratado 70% INPM-MS para superfícies fixas	LITRO	4.962
2	128511	Desincrustante (detergente enzimático para artigos médicos- hospitalares) composição: ortofosfato trissódico (alcalizante), nonil	PCT	158



		fenoletoxilato 9.5 OE (tensoativo não iônico) e edetado tetrassódico (sequestrante) embalado em pacote com 1kg.		
3	476022	Detergente enzimático à base de enzimas (amilase, lipase, protease e carboidrase), corante, essência e água, sendo componente ativo: enzimas (amilase, lipase, protease e carboidrase) que possa ser utilizado em instrumentais, borrachas, plásticos, tubos corrugados e que não deixem resíduos após enxágue. Deverá ser utilizado em imersão natural e preparo para 24 horas. (Cada litro deverá render 500 litros de solução pronta). Galão com 1 litro e com registro no Ministério da Saúde	GALÃO	131
4	479541	Desinfetante a base de cloreto de alquil, dimetil, benzil e amônio, devendo estar de acordo com a RDC nº14 de 28/02/2007 e RDC nº35 de 16/08/2010. O produto deve ter diluição entre 0,5%(5mL) e 2% (20mL), apresentar laudos de atividade antimicrobiana e sistema de dosagem eletrônica, com precisão de dosagem, independente da variação da pressão de entrada de água, em embalagens (bombonas plásticas) de 5 litros.	UNID	56
5	373575	Desinfetante de alto nível, solução a base de ácido peracético 0,2%, com ph entre 7 a 8,5 (anexar laudo pela Anvisa) para limpeza e desinfecção de artigos endoscópicos. Isento de fragancia e corante. Para uso diluído apresentando um teor mínimo de ácido peracético gerado de 0,2% - 2000 ppm (anexar laudo pela Anvisa) comprovando a eficácia esporicida, microbactericida, fungicida e bactericida com tempo de contato mínimo de 10 a 15 minutos, de acordo com a RDC nº 35 de 16.08.2010 ANVISA. Embalagem de 1kg.	UNID	41
6	405909	SOLUÇÃO REVITALIZADORA DE INSTRUMENTAIS E ARTIGOS CIRURGICOS/PRONTO USO/ A BASE DE ÓLEOS MINERAIS E AGUA DEMINERALIZADA. INDICADO PARA DESOXIDAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS Cirúrgicos e das câmaras internas da autoclaves a vapor. Remove ferrugem, placas minerais e corrosão liberando articulações. Evita a contaminação e degradação dos instrumentos, Biodegradável. Galão 5 litros.	GALAO	93



COTA PRINCIPAL				
7	437161	Hipoclorito de sódio 1,0% (10.000 ppm cloro ativo). Embalagem plástica contendo dados de identificação do produto, marca da fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde/Anvisa. Galão com 5 litros;	GALAO	1941
9	449746	Desinfetante/Detergente com composição equilibrada de ativo catiônico + PHMB para a limpeza e desinfecção simultânea de superfícies. ULTRACONCENTRADO. Diluição para superfícies – 5ml de produto para 995ml de água. Composição equilibrada de PHMB + tensoativo catiônico. Altamente compatível com pisos e materiais sintéticos, metálicos entre outros. Não necessita enxágue na aplicação em superfícies. Biodegradável, pode ser descartado na rede de esgoto sem necessidade de inativação. De acordo com as normas: RDC nº35 de 16 de agosto de 2010 – (Desinfetante de alto nível e nível intermediário). RDC nº14 de 28 de fevereiro de 2007 – (Desinfetante de superfícies). RDC nº15 de 15 de março de 2012 – (Boas práticas para o processamento de produtos para saúde). RDC nº59 de 17 de dezembro de 2010 – (Notificação e o registro de produtos saneantes).Apresentação: Galão de 5 litros.	GALAO	75
COTA RESERVADA				
8	437161	Hipoclorito de sódio 1,0% (10.000 ppm cloro ativo). Embalagem plástica contendo dados de identificação do produto, marca da fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde/Anvisa. Galão com 5 litros;	GALAO	649
10	449746	Desinfetante/Detergente com composição equilibrada de ativo catiônico + PHMB para a limpeza e desinfecção simultânea de superfícies. ULTRACONCENTRADO. Diluição para superfícies – 5ml de produto para 995ml de água. Composição equilibrada de PHMB + tensoativo catiônico. Altamente compatível com pisos e materiais sintéticos, metálicos entre outros. Não necessita enxágue na aplicação em superfícies. Biodegradável, pode ser descartado na rede de esgoto sem necessidade de inativação. De acordo com as normas: RDC nº35 de 16 de agosto de 2010 – (Desinfetante de alto nível e nível intermediário). RDC nº14 de 28 de fevereiro de	GALAO	23



		2007 – (Desinfetante de superfícies). RDC nº15 de 15 de março de 2012 – (Boas práticas para o processamento de produtos para saúde). RDC nº59 de 17 de dezembro de 2010 – (Notificação e o registro de produtos saneantes).Apresentação: Galão de 5 litros.		
--	--	---	--	--

* Os quais serão distribuídos conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	HMRS	HMNF	SAB	ESF	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIG. SANITÁRIA	SUB. VIGILÂNCIA	IST/AIDS	SANTA LÚCIA	CAPS II	CAPS I	CAPS AD	TOTAL
1	Álcool etílico hidratado 70% INPM-MS para superfícies fixas	LITRO	1608	200	600	1200	60	48	24	12	1000	80	50	80	4.962
2	Desincrustante (detergente enzimático para artigos médicos-hospitalares) composição: ortofosfatotrisodico (alcalizante), nonilfenoletoxilato 9.5 OE (tensoativo não iônico) e edetado tetrassódico (sequestrante) embalado em pacote com 1kg.	PCT	96	11	10	40	1	0	0	0	0	0	0	0	158
3	Detergente enzimático à base de enzimas (amilase, lipase, protease e carboidrase), corante, essência e água, sendo componente ativo: enzimas (amilase, lipase, protease e carboidrase) que possa ser utilizado em instrumentais, borrachas, plásticos, tubos corrugados e que não deixem resíduos após enxágue. Deverá ser utilizado em imersão natural e preparo para 24 horas. (Cada litro deverá render 500 litros de solução pronta). Galão com 1 litro e com registro no Ministério da Saúde	GALÃO	90	10	10	20	1	0	0	0	0	0	0	0	131
4	Desinfetante a base de cloreto de alquil, dimetil, benzil e amônio, devendo estar de acordo com a RDC nº14 de 28/02/2007 e RDC nº35 de 16/08/2010. O produto deve ter diluição entre 0,5%(5mL) e 2% (20mL), apresentar laudos	GALÃO	36	10	0	0	0	0	5	0	5	0	0	0	56



	de atividade antimicrobiana e sistema de dosagem eletrônica, com precisão de dosagem, independente da variação da pressão de entrada de água, em embalagens (bombonas plásticas) de 5 litros.														
5	Desinfetante de alto nível, solução a base de ácido peracético 0,2%, com ph entre 7 a 8,5 (anexar laudo pela Anvisa) para limpeza e desinfecção de artigos endoscópicos. Isento de fragancia e corante. Para uso diluído apresentando um teor mínimo de ácido peracético gerado de 0,2% - 2000 ppm (anexar laudo pela Anvisa)comprovando a eficácia esporicida, microbactericida, fungicida e bactericida com tempo de contato mínimo de 10 a 15 minutos, de acordo com a RDC nº 35 de 16.08.2010 ANVISA. Embalagem de 1kg.	UNID	36	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	41
6	Hipoclorito de sódio 1,0% (10.000 ppm cloro ativo). Embalagem plástica contendo dados de identificação do produto, marca da fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde/Anvisa. Galão com 5 litros;	GALÃO	432	450	575	1000	6	12	5	0	12	50	24	24	2.590
7	SOLUÇÃO REVITALIZADORA DE INSTRUMENTAIS E ARTIGOS CIRURGICOS/PRONTO USO/ A BASE DE ÓLEOS MINERAIS E AGUA DEMINERALIZADA. INDICADO PARA DESOXIDAÇÃO DoS INSTRUMENTAIS Cirúrgicos e das câmaras internas da autoclaves a vapor. Remove ferrugem, placas minerais e corrosão liberando articulações. Evita a contaminação e degradação dos instrumentos, Biodegradável. Galão 5 litros.	GALÃO	60	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	93



8	Desinfetante/Detergente com composição equilibrada de ativo catiônico + PHMB para a limpeza e desinfecção simultânea de superfícies. ULTRACONCENTRADO. Diluição para superfícies – 5ml de produto para 995ml de água. Composição equilibrada de PHMB + tensoativo catiônico. Altamente compatível com pisos e materiais sintéticos, metálicos entre outros. Não necessita enxágue na aplicação em superfícies. Biodegradável, pode ser descartado na rede de esgoto sem necessidade de inativação. De acordo com as normas: RDC nº35 de 16 de agosto de 2010 – (Desinfetante de alto nível e nível intermediário). RDC nº14 de 28 de fevereiro de 2007 – (Desinfetante de superfícies). RDC nº15 de 15 de março de 2012 – (Boas práticas para o processamento de produtos para saúde). RDC nº59 de 17 de dezembro de 2010 – (Notificação e o registro de produtos saneantes). Apresentação: Galão de 5 litros.	GALÃO	48	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98
									0		0	0	0	

3. DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. Trata-se de aquisição de um material essencial para a desinfecção e assepsia dos ambientes e setores hospitalares e assemelhados, coibindo a proliferação de bactérias e corroborando com a prevenção de doenças infecciosas.

3.3. O quantitativo requisitado atenderá a demanda das Unidades e Dispositivos pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do regime de sistema de registro de Preços.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com a solicitação das Unidades Requiritantes, no endereço e horários arrolados abaixo:



*Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde: Avenida Conselheiro Július Arp, nº 80-Edifício 12, Centro, Nova Friburgo-RJ, nos horários de 09h00min às 16h00min (respeitando o horário de almoço: 12h00 às 13h00min) de segunda-feira a sexta-feira;

5. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

- 5.1. Ante a adjudicação do objeto, as áreas técnicas das Unidades Requiritantes se reservam no direito de solicitar amostra do material, a fim de garantir sua qualidade.
- 5.2. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, conter informações quanto as suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca.
- 5.4. O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão.
- 5.5. A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.
- 5.6. A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 05 (cinco) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados aos almoxarifados das respectivas unidades.

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 6.1. A Unidade Requiritante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho.
- 6.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no subitem 4.1 deste Termo de Referência.
- 6.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

6.4. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

- 6.4.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;
- 6.4.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- 6.4.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

9.1.1 Elemento de despesa – 33.90.30.45;

9.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0085.2.202;

9.2.2. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.0085.2.203;

9.2.3. Subsecretaria de Atenção Básica – 30001.10.301.0083.2.193;

9.2.4. Estratégia de Saúde da Família – 30001.10.301.0083.2.194;

9.2.5. Vigilância Sanitária – 30001.10.304.0086.2.209;

9.2.6. Programa IST/AIDS/Hepatites Virais – 30001.10.305.0086.2.213;

9.2.7. Subsecretaria de Vigilância em Saúde – 30001.10.302.0086.2.212;

9.2.8. Vigilância em Saúde – 30001.10.305.0086.2.208;

9.2.9. Gerência de Saúde Mental e Clínica de Repouso Santa Lúcia – 30001.10.302.0083.2.198

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019 e decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 11.1.3. FGTS;
- 11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

11.12. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.13. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; As empresas em que estiverem Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme art. 58 da Lei 11101/2015;

12.2. Não poderão participar os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.3. A participação do representante legal da empresa far-se à por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no

qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12.4. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as

indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

14.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO



18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da aquisição, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos presentes materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Titular
Céres Lourenço Teixeira	062.195	Gestora Substituta
ALMOXARIFADO	MATRICULA	DESIGNAÇÃO
Ângela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Cristina Monteiro Gomes	290.212	Fiscal Titular
Bianca Portela Dutra	062.432	Fiscal Substituto

18.3. O fiscal do contato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

18.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos de cada unidade requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

20.2. Comete infração administrativa:

- 20.2.1. Apresentar documentação falsa;
- 20.2.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.2.3. Ensejar o retardamento da entrega do presente objeto;
- 20.2.4. Não manter a proposta;
- 20.2.5. Cometer fraude fiscal;
- 20.2.6. Comportar-se de modo inidôneo;

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- 20.4.1. Advertência;
- 20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

20.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21. DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.



21.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos e Contratos
Matrícula 062.871

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137